



Boletim de Legislação



EJEF - escola que forma e informa

Nº 731 – 14 de junho de 2023

Abrangência: 03/06/2023 a 09/06/2023

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 11.555	DOU; 09/06/2023	Altera o Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, e institui o Programa Farmácia Popular do Brasil.	Dec. 11.555 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.595	DOU; 06/06/2023	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, de forma a regulamentar prazos e condições para a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), e a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.	Lei 14.595 (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.176	DOU; 06/06/2023	Institui o Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes - Desenrola Brasil e altera a Lei nº 12.087, de 11.11.2009.	Med. Prov. 1.176 (Site da Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 502	DJE/CNJ; 07/06/2023	Altera a Resolução CNJ n. 72/2009, que dispõe sobre a convocação de juízes de primeiro grau para substituição e auxílio no âmbito dos Tribunais estaduais e federais, e a Resolução CNJ n. 293/2019, que dispõe sobre as férias da magistratura nacional, para prever a possibilidade de convocação de juízes de primeiro grau para auxílio nos Tribunais para afastamento para fruição de férias por período igual ou superior a 20 (vinte) dias ou licença por motivos de saúde em período inferior a 30 (trinta) dias.	Res. 502 (Site do CNJ)

RESOLUÇÃO Nº 503	DJE/CNJ; 07/06/2023	Altera a Resolução CNJ n. 343/2020, que institui condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição e dá outras providências.	Res. 503 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 505	DJE/CNJ; 07/06/2023	Altera a Resolução CNJ n. 13/2006, que dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros da magistratura.	Res. 505 (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO COM NUMERAÇÃO ESPECIAL Nº 295	Minas Gerais; 06/06//2023	Declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio, imóveis necessários à instalação da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes na Comarca de Belo Horizonte.	Dec. Especial 295 (Site da ALMG)

LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 18.337	D.O.M.; 06/06/2023	Institui a Política Municipal de Integridade Pública e dá outras providências.	Dec. 18.337 (Site do STJ)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 115	DJE; 05/06/2023; 06/06/2023 e 07/06/2023 (<i>Republicação</i>)	Avisa sobre a abertura de inscrições para a recomposição de Turma Recursal de Grupo Jurisdicional do Estado de Minas Gerais.	Aviso 115 (Site do TJMG)
AVISO CONJUNTO Nº 90	DJE; 07/06/2023	Avisa sobre a possibilidade de juízes de direito de Belo Horizonte e respectiva Região Metropolitana se inscreverem para atuar, a título de cooperação, na Turma Recursal Temporária do Grupo Jurisdicional de Belo Horizonte, Betim e Contagem.	Aviso Conj. 90 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.182	DJE; 05/06/2023 (<i>Republicação</i>)	Designa Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Arcos e altera a Portaria da Presidência nº 5.986, de Coordenador do Centro Judiciário de solução de 24 de janeiro de 2023, que "Designa Juiz Conflitos e Cidadania da Comarca de Arcos".	Port. 6.182 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.185	DJE; 05/06/2023	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Aimorés.	Port. 6.186 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 6.186	DJE; 05/06/2023	Designa juiz leigo para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 6.186 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.187	DJE; 07/06/2023	Dispensa juíza leiga e designa juíza leiga para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 6.187 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 1.038	DJE; 07/06/2023	Altera a Resolução da Corte Superior nº 639, de 24 de junho de 2010, que “Dispõe sobre a criação, a composição, o funcionamento e o respectivo procedimento da Turma de Uniformização instituída pela Lei federal nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009”.	Res. 1.038 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 3.971	DJE; 07/06/2023	Revoga a Portaria nº 3937/2021 que “Implanta a iniciativa “pauta especializada para questões fundiárias”, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais”.	Port. 3.971 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 33	DJE; 07/06/2023	Avisa sobre a necessidade de observância da hipótese de isenção de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária para o cumprimento da ordem de indisponibilidade lançada via Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB nas demandas afetas ao interesse da União, consoante disposto no inciso IV do art. 20 da Lei estadual nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que “dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências”.	Aviso 33 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.635 (EXTRATO)	DJE; 05/06/2023	Prorroga o afastamento preventivo de servidor.	Port. 7.635 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.636	DJE; 05/06/2023	Altera o art. 2º da Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.621, de 25 de maio de 2023, que “determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 3ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte, para fiscalização dos serviços do foro judicial”.	Port. 7.636 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 7.637	DJE; 07/06/2023	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Três Pontas.	Port. 7.637 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.638	DJE; 06/06/2023	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Unidade Jurisdicional Única do Juizado Especial da Comarca de Betim, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 7.638 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.639	DJE; 07/06/2023	Prorroga a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante designada pela Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.390/2022.	Port. 7.639 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.640	DJE; 07/06/2023	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 1ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Contagem, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 7.640 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.641	DJE; 07/06/2023	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Janaúba.	Port. 7.641 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.642	DJE; 07/06/2023	Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Patos de Minas para fiscalização dos serviços notariais e de registro.	Port. 7.642 (Site do TJMG)
PROVIMENTO Nº 410	DJE; 06/06/2023	Altera e revoga dispositivos do Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça nº 355, de 18 de abril de 2018, o qual “institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais”.	Port. 7.633 (Site do TJMG)
RECOMENDAÇÃO Nº 6	DJE; 05/06/2023	Recomenda a consulta à Central de Informações do Registro Civil - CRC-JUD, para o levantamento das pessoas reconhecidamente falecidas ainda listadas no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP e no Banco Estadual de Mandados de Prisão - BEMP, bem como a adoção das providências necessárias à regularização dos registros.	Recom. 6 (Site do TJMG)
RECOMENDAÇÃO Nº 7	DJE; 05/06/2023	Recomenda a utilização de modelos de “Certidão de Teor de Decisão” para fins de protesto.	Recom. 7 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.